



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
Conselho Nacional de Previdência Social

ATA

10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - CNPS -

Brasília/DF, 9 de janeiro de 2025

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CNPS

DATA: 9 de janeiro de 2025

LOCAL: MPS, Bloco F, 9º andar, Sala 902

PRESENCAS

| Representantes do Governo | Representantes dos Trabalhadores em Atividade |
|--|--|
| MPS – Wolney Queiroz Maciel | FS – Odair Antônio Bortoloso |
| SRGPS/MPS – Adroaldo da Cunha Portal | UGT – Aparecido Alves Tenório |
| INSS – Alessandro Antônio Stefanutto | CTB – Rolando Medeiros |
| INSS – Vanderlei Barbosa dos Santos | |
| CONJUR/MPS - Felipe Cavalcante e Silva | |
| CONJUR/MPS – Victor de Ozêda Alla Bernardino | |
| SRPC/MPS – Paulo Roberto dos Santos Pinto | |
| SRPC/MPS – Tito Calvo Jachelli | |
| SRGPS/MPS – Benedito Adalberto Brunca | |

| Representantes dos Aposentados e Pensionistas | Representantes dos Empregadores |
|--|--|
| SINTAPI/CUT – Gerson Maia de Carvalho | CNF – Ivo Esteves Alonso Mósca |
| CSB – José Avelino Pereira | CNM – Rodrigo Garrido Dias |
| COBAP – Obede Muniz Teodoro | |

| Ouvinte/Convidado |
|--|
| Secretaria-Executiva – Thalyta Caroline Fernandes Vieira |
| Secretaria-Executiva – Pedro Henrique da Silva Lima |
| Secretaria-Executiva – Jorge Luiz Reis Viana |
| Secretaria-Executiva – Vanderleia Santos |
| Secretaria-Executiva – Anderson da Silva |
| ANEPS – Fabíola Orsi |
| Banco Santander – Hércules Nunes |
| ANEC – Lester Ribeiro |
| CNM – Mário Rattes |
| Metrópoles – Flávia Said |
| Broad – Giordanna Neves |
| Valor Econômico – Jéssica Sant’Ana |
| MPS – Max Monjardim |
| Folha – Lucas Marchesini |

ASCOM/MPS – Lucas Eduardo

ASCOM/MPS – Talita Lorena

ASCOM/MPS – Renata Brumano

ASCOM/INSS – Patriche Reis

Marcelo Silva – CNF

CGEET/MPS - Alexandre Zioli Fernandes

CGLEN/MPS – Luiza de Sales Costa

CGLEN/MPS – Avelina Alves Lima

PFE/INSS – Virginio Oliveira

O Globo – Bernardo

G1 – Vinícius Cassera

Poder 360 – Houldine Nascimento

CNN – Gabriel Farias

RDK – Josué Hermano Rodrigues

RDK – Tiago Almeida Marques

RDK – Edmilson de Paes

I – ABERTURA

Presidindo a mesa, o **Presidente Substituto, Sr. Wolney Queiroz Maciel**, abriu a 10ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), agradecendo a presença de todos(as). Desculpou-se pela convocação extraordinária, explicando que foi necessária em decorrência do cenário apresentado pela mudança da taxa da SELIC e seu impacto no teto da taxa de juros do crédito consignado, sendo a única temática abordada como ordem do dia. Anunciou o novo membro do CNPS: Ivo Esteves Alonso Mósca, representante da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), que se apresentou como Diretor-Executivo de Produtos e Serviços da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN). Aprovou-se a Ata da 309ª Reunião Ordinária do CNPS por unanimidade dos(as) presentes. A seguir, o **Sr. Benedito Adalberto Brunca** rememorou o debate realizado na reunião anterior, a respeito da Ação Direta de Inconstitucionalidade movida pela Associação Brasileira de Bancos (ABBC) em relação à competência do CNPS frente à deliberação de tomada de decisões sobre o teto de juros do crédito consignado. Fez a leitura da Moção de Apoio à Participação do Conselho Nacional de Previdência Social na Regulamentação do Crédito Consignado do Regime Geral de Previdência Social e dos Benefícios de Prestação Continuada. Não havendo manifestações, a Moção foi aprovada. Ato seguinte, avançou-se para a aprovação do calendário de reuniões do CNPS de 2025. Não havendo manifestações, o calendário de 2025 foi aprovado por unanimidade.

II – ORDEM DO DIA

Instado o ponto de pauta: teto da taxa de juros do crédito consignado. Em posse da palavra, o **Sr. Wolney Queiroz Maciel** lembrou que as últimas reuniões do Comitê de Política Monetária (COPOM) levaram ao aumento da taxa SELIC, usada como base para o cálculo da taxa de juros do crédito consignado, e anunciou a apresentação da proposta das instituições financeiras para o teto dos juros. A seguir, o **Sr. Ivo Esteves Alonso** primeiramente pediu tempo para analisar a Moção, uma vez que a ABBC era afiliada da FEBRABAN. Contextualizou a relação entre a SELIC e o teto dos juros desde janeiro de 2024, a primeira subindo de 9,64% para 15,37% ao longo do ano e, a última, congelada em 1,66% e, portanto, descolando do custo de captação. Definiu o Depósito Interfinanceiro (DI) 2 anos como vilão da operação e afirmou que a rentabilidade era negativa em toda a média da carteira, o que já estava impactando na concessão de empréstimos. Resumiu que, em dezembro, a média de novas concessões, portabilidades e refinanciamentos sofreu uma queda de 27,5%, em comparação com os demais meses do ano. Confrontou que, nos anos de 2022 e 2023, a média de concessão de dezembro foi maior do que a média dos demais meses do ano. Reforçou que a situação era preocupante, principalmente porque estava sendo reduzida a opção de empréstimo mais barata para os beneficiários, que teriam que buscar empréstimos com até o triplo do custo. Apontou que, para manter a metodologia de utilização do DI 2 anos, o teto da taxa de juros precisaria subir para 2,14% e que, qualquer valor abaixo deste, apresentaria impactos para os aposentados com mais de 70 anos. Indicou como taxa mínima 1,99%, que permitiria temporariamente a oferta de consignados, embora ainda potencialmente prejudicial aos mais velhos, cenário que dependeria da evolução da SELIC para provar-se sustentável à longo prazo. Pediu que, se definida a nova taxa em 1,99%, ela pudesse ser operada imediatamente. Ato seguinte, o **Sr. Benedito Adalberto Brunca** iniciou sua apresentação sobre a proposta do Governo para o teto dos juros, comparando a visão global das operações de

36 crédito consignado que, em janeiro de 2022, chegou a 439 mil operações, envolvendo R\$ 4,3 bilhões, e atingiu o patamar
37 de quase 1,4 milhão de operações em dezembro de 2024, englobando R\$ 15 bilhões. Discriminou as operações de margem
38 livre, que subiram no mesmo período de 415 mil operações, envolvendo R\$ 3,3 bilhões, para 1,1 milhão de operações,
39 com R\$ 5,6 bilhões. Insistiu que os dados não indicavam uma crise de acesso ao crédito, do ponto de vista dos
40 beneficiários. Quanto à portabilidade, informou que, em janeiro de 2022, foram 22 mil operações e, em dezembro de
41 2024, 227 mil. Comparou que o mês de julho de 2024 atingiu a marca de 500 mil operações de portabilidade, o que
42 demonstrava um aquecimento do mercado e uma disputa concorrencial entre instituições. Argumentou que a análise do
43 cenário não poderia limitar-se à margem livre e apresentou os dados totais das operações nos períodos supracitados,
44 enfatizando o aumento de operações e valores disponibilizados. Resumiu as informações de cartão de crédito, cuja média
45 de novas operações apresentaram estabilidade. Discorreu acerca do relatório do Banco Central relativo à posição de
46 dezembro, que exibiu o resultado de R\$ 674 bilhões entre os consignados do INSS, públicos e privados. Explicou que, em
47 dezembro de 2015, o consignado do INSS representava 31% do mercado, chegando a 40% outubro de 2024, e definiu que
48 a política adotada pelo CNPS, no âmbito do crédito consignado, estava mantendo a tendência de crescimento, de forma
49 responsável e com regras que visavam proteger os beneficiários. Ilustrou o perfil dos beneficiários da concessão de crédito
50 consignado por faixa etária, sendo que a faixa de 18 a 70 anos demonstrava crescimento e a faixa de 71 anos ou mais uma
51 tendência de crescimento. Com relação à taxa da portabilidade, reforçou que a possibilidade de repactuação dos contratos
52 proporcionava uma competição entre as instituições financeiras e era positiva para os beneficiários. Destacou que a
53 portabilidade do setor público estava em queda, enquanto no setor privado era nula. Indicou o crédito consignado como
54 operação que menor risco, com uma taxa de inadimplência de menos de 2%. Relatou que as taxas médias de crédito
55 consignado no setor público eram de 1,75%, do setor privado de 3% e do INSS 1,64%, de acordo com o Banco Central.
56 Defendeu a metodologia para definição do teto da taxa de juros, que estava sendo aplicada desde 2023 e propôs elevação
57 da taxa para 1,8%. Registrou que, anteriormente, a FEBRABAN sempre solicitou prazo para aplicar a nova taxa de juros em
58 decorrência da necessidade de ajustes operacionais, sendo estabelecido o prazo de cinco dias úteis como padrão para a
59 vigência das novas taxas, pedindo respeito à determinação. Iniciando as manifestações, o **Sr. Odair Antônio Bortoloso**
60 relatou ter recebido, à data, a oferta de um empréstimo consignado com juros de 1,6%. A seguir, o **Sr. Gerson Maia**
61 lembrou que o tema do teto da taxa de juros tinha sido recorrente no CNPS em 2024 e registrou sua insatisfação com a
62 ação da ABBC. Destacou a baixa inadimplência do consignado e declarou que o aposentado não deveria adquirir um
63 empréstimo no desespero nem por pressão do sistema financeiro. Sugeriu que a mão de obra responsável pela captação
64 do consignado pode ter diminuído e concordou que há oferta de empréstimos, conforme confirmado pela apresentação.
65 Rememorou que, em determinados momentos, o CNPS tinha cedido às solicitações do sistema financeiro e indicou que a
66 taxa de 1,8% levaria o consignado de volta ao patamar de janeiro de 2024, embora a evolução prevista para a taxa SELIC
67 durante o ano não tenha se concretizado. Disse que, embora o aumento da taxa não seja o ideal, entende a proposta de
68 1,8% como razoável, diante dos aumentos consecutivos da SELIC, apontando que a taxa não seria prejudicial ao sistema
69 financeiro. Após, o **Sr. Rolando Medeiros** se disse contemplado pela fala do Sr. Gerson Maia e posicionou-se favorável à
70 proposta do Governo, da taxa de 1,8%. Então, o **Sr. José Avelino Pereira** também se posicionou a favor da proposta do

71 Governo. Ato contínuo, o **Sr. Ivo Esteves Alonso Mósca** reforçou que as instituições estavam sob pressão e que algumas
72 poderiam parar de operar o consignado. Reafirmou que o número de contratos ativos, em geral, estava em queda desde
73 fevereiro e que o refinanciamento e a portabilidade representavam um volume de dinheiro pré-existente, não um
74 potencial crescimento, além de apontar que a redução da margem possivelmente reduzia as oportunidades de
75 portabilidade. Reafirmou que a portabilidade estava em queda desde agosto de 2024, em decorrência da falta de margem,
76 e destacou os picos históricos de empréstimos consignados nos meses de janeiro, insistindo que, caso não houvesse
77 margem, os empréstimos sofreriam redução na oferta, levando os beneficiários do INSS a buscarem linhas de crédito mais
78 caras. Argumentou que, justamente por a negociação estar ocorrendo em janeiro, ela deveria ser aplicada imediatamente,
79 a fim de disponibilizar crédito suficiente para a demanda. Declarou que, se a margem não estivesse tão pressionada, o
80 crescimento do consignado seria muito maior do que o apresentado. Reforçou que a taxa de 1,99% garantiria a
81 manutenção do benefício de um empréstimo mais barato aos aposentados, lembrando que seria estabelecido o teto,
82 podendo as instituições financeiras ofertarem juros inferiores. Continuamente, o **Sr. Benedito Adalberto Brunca** arrazoou
83 que muitas pessoas tinham mais de um contrato de empréstimo e refinanciavam o total de suas dívidas, indicando que o
84 refinanciamento e a consolidação de contratos não deveriam ser vistas como um decréscimo. O **Sr. Adroaldo da Cunha**
85 **Portal** rememorou que, previamente à condução do Ministro Carlos Lupi, o teto dos juros do consignado era ornamental
86 e que a sua redução tirou a rede bancária da zona de conforto, gerou concorrência e reduziu o nível de assédio. Lembrou
87 da característica do empréstimo no Brasil, especialmente nas camadas mais vulneráveis, em que o crédito é utilizado
88 como complemento da renda. Argumentou que janeiro representava um pico nas operações em decorrência do aumento
89 do salário mínimo, que refletia na disponibilidade de uma porcentagem do salário para contratação. Relatou também que
90 os empréstimos costumavam ser para o resto da vida, uma vez que, assim que possível, as pessoas renegociam as dívidas
91 a fim de conseguir um novo complemento de renda, sempre com prazos de pagamento de 84 meses, cenário
92 potencializado pelos correspondentes bancários. Detalhou que, em 2023, foram realizadas 857 mil operações de margem
93 livre, totalizando R\$ 58 bilhões e, em 2024, 1,024 milhão de operações, somando R\$ 64 bilhões. Resumiu que, à exceção
94 de dezembro, houve aumento em todos os demais meses e afirmou que o custo de captação não era um problema tão
95 sério quando o custo de operação, devido ao *spread* bancário. Confirmou que o custo de operação permitia uma
96 remuneração menor aos correspondentes bancários, desestimulando sua atuação. Relativizou o entendimento de que a
97 não disponibilidade do consignado levava as pessoas a buscarem linhas de crédito mais caras, dada a porcentagem de
98 endividados que chegavam ao limite do comprometimento de renda, necessitando de crédito de outras fontes que não o
99 consignado. Posicionou a taxa de 1,8% como razoável e coerente com a política adotada nos últimos dois anos e indicou
100 que aumentar a taxa acima do estritamente necessário seria prejudicial a curto e médio prazos, uma vez que o Banco
101 Central previa novos aumentos da SELIC. Dando prosseguimento, o **Sr. Alessandro Antônio Stefanutto** citou o resultado
102 do novo produto de adiantamento de até R\$ 150,00 do salário que, diante de informações preliminares, apontou para
103 uma busca por linhas de crédito mais baratas e disse proporcionar ao beneficiário o período para reflexão a respeito da
104 possível solicitação um empréstimo consignado, principalmente para valores menores. Indicou que os números referentes
105 aos custos dos empréstimos nunca tinham sido apresentados pelos representantes da FEBRABAN e questionou se a

existência dos intermediários era favorável aos beneficiários, por gerar custos e pela possibilidade de assédio. Declarou que o Governo demonstrou boa vontade ao marcar a reunião extraordinária, uma vez que o aumento da taxa seria de interesse do mercado, e confirmou que era razoável subir a taxa diante do crescimento dos custos, mesmo que este não fosse seu desejo. Pediu uma análise quanto à manutenção ou não da figura dos correspondentes bancários. Na sequência, o **Sr. Ivo Esteves Alonso Mósca** retomou a colocação sobre a taxa de juros retornar ao patamar de janeiro de 2024, argumentando que, à época, o DI Futuro era de 9%, enquanto à data estava em 15%, sendo a diferença um grande impacto no custo de captação. Explicou que, com a taxa de juros de 1,66%, 77% deste total era destinado para o custo de captação. Em resposta, o **Sr. Alessandro Antônio Stefanutto** disse que, assim como o Governo era cobrado para melhorar seus custos, as entidades financeiras deveriam fazer o mesmo e demonstrar seus esforços para a sociedade e sugeriu o desenvolvimento de um mecanismo em que haja acordo das partes. A seguir, o **Sr. Wolney Queiroz Maciel** elogiou o nível dos debates desenvolvidos na reunião e o **Sr. Adroaldo da Cunha Portal** somou que a taxa anual do consignado seria de R\$ 23,87%, no caso da aprovação do teto de R\$ 1,8%. Explicou que, embora o DI 2 anos tenha sido amplamente debatido no CNPS, sua volatilidade gerou insegurança no Conselho, enquanto a SELIC era mais previsível. Ressaltou que o debate tratou apenas dos juros do crédito consignado, não envolvendo o cartão de crédito. Encaminhou para a deliberação extraordinária apenas do teto do consignado, sendo a taxa do cartão debatida na reunião ordinária subsequente. Ato seguinte, o **Sr. Wolney Queiroz Maciel** deu início à votação entre a proposta do Governo, de aumentar a taxa para 1,8%, e a proposta da FEBRABAN, da taxa chegar ao patamar de 1,99%. A proposta do Governo foi aprovada com os votos dos seguintes conselheiros: Sr. Alessandro Antônio Stefanutto, Sr. Paulo Roberto dos Santos Pinto, Sr. Felipe Cavalcante e Silva, Sr. Adroaldo da Cunha Portal, Sr. Benedito Adalberto Brunca, Sr. Gerson Maia, Sr. Odair Antônio Bortoloso, Sr. Obede Muniz Teodoro, Sr. Rolando Medeiros, Sr. Aparecido Alves Tenório, Sr. Rodrigo Garrido Dias, Sr. José Avelino Pereira e Sr. Wolney Queiroz Maciel. Votou a favor da proposta da FEBRABAN o conselheiro: Sr. Ivo Esteves Alonso Mósca. Por fim, o **Sr. Wolney Queiroz Maciel** reforçou a importância do CNPS para a manutenção da taxa de juros do consignado e destacou a sensibilidade do Conselho em debater a taxa diante do cenário atual. Citou também a redução significativa das filas por benefícios, o que gerou um aumento do público potencial dos consignados. Disse estar confortável com a taxa de 1,8% por manter-se a metodologia utilizada ao longo da administração do Ministro Carlos Lupi e propôs a criação de uma equação transparente para o cálculo do teto, a ser desenvolvida pelo Grupo de Trabalho do Crédito Consignado, evitando os debates recorrentes sobre o tema. Ainda, o **Sr. Ivo Esteves Alonso Mósca** questionou a questão do prazo para que a nova taxa passasse a valer, ao que o **Sr. Wolney Queiroz Maciel** encaminhou para que fosse respeitado o prazo de cinco dias úteis, conforme pactuação.

III – ENCERRAMENTO

Finalizados os itens da pauta e nada mais havendo a tratar, o **Sr. Wolney Queiroz Maciel** deu por encerrada a 10ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS). E, para que tudo fique devidamente documentado, eu, *Thalyta Caroline Fernandes Vieira, Secretária-Executiva do CNPS, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, deverá ser assinada, eletronicamente, pelo Colegiado.* Brasília, 9 de janeiro de 2025.